

Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado, Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

Arts. 1º a 120

26ª edição
2022

saraiva 



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Carolina Mihoko Massarhi

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Willians Calazans

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

ISBN 978-85-536-0768-6 obra completa
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
YAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando
Curso de Direito Penal – Parte Geral – arts. 1º a 120 – v.
1 / Fernando Capez. – 26. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.
616 p.

ISBN 978-85-5559-608-3 (impresso)

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Curso de Direito Penal. I.
Título.

2021-4333

CDD 345
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345
2. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 12-1-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607279 CAE 784901

ÍNDICE

Sobre o Autor.....	7
Abreviaturas.....	9
1. Introdução	45
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	45
1.2. Da função ético-social do Direito Penal.....	45
1.3. Objeto do Direito Penal.....	47
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana como orientador do Direito Penal	50
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da dignidade humana.....	52
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela.....	52
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentalidade ...	54
1.4.3.3. Princípio da confiança	56
1.4.3.4. Princípio da adequação social.....	57
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima.....	57
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade	60
1.4.3.7. Princípio da humanidade.....	61
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	61
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico	61
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade	63
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato	63
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal.....	64
1.4.3.13. Princípio da personalidade.....	64
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva	64
1.4.3.15. Princípio da coculpabilidade ou corresponsabilidade	64
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador	64
1.6. Da parte geral do Código Penal: finalidade.....	65
2. Fontes do Direito Penal	66
2.1. Conceito.....	66

2.2.	Espécies.....	66
2.2.1.	De produção, material ou substancial	66
2.2.2.	Formal, de cognição ou de conhecimento.....	67
2.2.2.1.	Espécies de fonte formal	67
2.3.	Diferença entre norma e lei	67
2.4.	Da fonte formal imediata	68
2.4.1.	Conteúdo.....	68
2.4.2.	Característica.....	68
2.4.3.	Classificação	68
2.4.3.1.	Leis incriminadoras.....	68
2.4.3.2.	Leis não incriminadoras.....	68
2.4.3.3.	Leis não incriminadoras permissivas.....	68
2.4.3.4.	Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas	68
2.5.	Características das normas penais	69
2.5.1.	Exclusividade	69
2.5.2.	Anterioridade.....	69
2.5.3.	Imperatividade.....	69
2.5.4.	Generalidade	69
2.5.5.	Impessoalidade.....	69
2.6.	Normas penais em branco (cegas ou abertas).....	69
2.6.1.	Conceito.....	69
2.6.2.	Classificação.....	69
2.6.2.1.	Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas.....	69
2.6.2.2.	Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas	70
2.6.2.3.	Normas penais em branco ao avesso	70
2.7.	Das fontes formais mediatas	70
2.7.1.	Costume	70
2.7.1.1.	Elementos do costume	70
2.7.1.2.	Espécies de costume.....	70
2.7.2.	Princípios gerais do direito	71
2.8.	Formas de procedimento interpretativo.....	72
2.8.1.	Equidade	72
2.8.2.	Doutrina	72
2.8.3.	Jurisprudência	72
3.	Interpretação da Lei Penal	72
3.1.	Conceito.....	72
3.2.	Natureza.....	72
3.3.	Espécies.....	72
3.3.1.	Quanto ao sujeito que a elabora.....	72
3.3.1.1.	Autêntica ou legislativa.....	72

3.3.1.2.	Doutrinária ou científica.....	73
3.3.1.3.	Judicial.....	73
3.3.2.	Quanto aos meios empregados.....	73
3.3.2.1.	Gramatical, literal ou sintática.....	73
3.3.2.2.	Lógica ou teleológica	73
3.3.3.	Quanto ao resultado	73
3.3.3.1.	Declarativa	73
3.3.3.2.	Restritiva	73
3.3.3.3.	Extensiva	73
3.4.	O princípio <i>in dubio pro reo</i>	73
3.5.	Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	74
4.	Analogia.....	74
4.1.	Conceito.....	74
4.2.	Fundamento	75
4.3.	Natureza jurídica.....	75
4.4.	Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica	75
4.4.1.	Analogia.....	75
4.4.2.	Interpretação extensiva.....	75
4.4.3.	Interpretação analógica.....	75
4.5.	Espécies.....	75
4.5.1.	Legal ou <i>legis</i>	75
4.5.2.	Jurídica ou <i>juris</i>	76
4.5.3.	<i>In bonam partem</i>	76
4.5.4.	<i>In malam partem</i>	76
4.6.	Analogia em norma penal incriminadora	76
5.	Princípio da Legalidade	76
5.1.	Considerações preliminares.....	76
5.2.	Aspectos do princípio da legalidade	77
5.2.1.	Aspecto político	77
5.2.2.	Aspecto histórico	78
5.2.3.	Aspecto jurídico	79
5.3.	Princípios inerentes ao princípio da legalidade	79
5.3.1.	Princípio da reserva legal.....	79
5.3.1.1.	Reserva absoluta de lei.....	80
5.3.1.2.	Reserva absoluta de lei e medida provisória.....	80
5.3.1.3.	Taxatividade e vedação ao emprego da analogia....	81
5.3.1.4.	Taxatividade e descrição genérica	82
5.3.1.5.	Conteúdo material do princípio da reserva legal....	83
5.3.2.	Princípio da anterioridade da lei penal	84
6.	Irretroatividade da Lei Penal.....	84
6.1.	Considerações preliminares	85
6.2.	Aplicação	85

6.3.	Lei processual	86
6.3.1.	Lei processual híbrida	87
6.4.	Normas que tratam de execução da pena e o regime disciplinar diferenciado	88
6.5.	Vigência da lei.....	91
6.6.	Hipóteses de lei posterior.....	92
6.6.1.	<i>Abolitio criminis</i>	92
6.6.2.	<i>Novatio legis in mellius</i>	92
6.6.2.1.	Competência para aplicação da <i>novatio legis in mellius</i>	92
6.6.3.	<i>Novatio legis in pejus</i>	93
6.6.4.	<i>Novatio legis</i> incriminadora	93
6.6.5.	Dúvida quanto à lei mais benéfica.....	94
6.7.	Combinação de leis	94
6.8.	<i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i>	96
6.9.	Lei interpretativa – possibilidade de retroação	96
6.10.	Tempo do crime para a fixação da lei aplicável.....	96
6.10.1.	Crimes permanentes e crimes continuados	96
7.	Leis de vigência temporária	97
7.1.	Considerações preliminares	97
7.2.	Características.....	98
7.2.1.	Autorrevogabilidade	98
7.2.2.	Ultratividade	98
7.3.	Hipótese de retroatividade da lei posterior.....	99
7.4.	Alteração do complemento da norma penal em branco	99
8.	Tempo do crime e conflito aparente de normas	101
8.1.	Teorias sobre o momento do crime	101
8.2.	Conflito aparente de normas	102
8.2.1.	Conceito.....	102
8.2.2.	Elementos	102
8.2.3.	Princípios que solucionam o conflito aparente de normas... 102	
8.2.3.1.	Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat generali</i>	103
8.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria derogat subsidiariae</i>	105
8.2.3.3.	Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat consumptae</i>	107
8.2.3.4.	Princípio da alternatividade.....	111
9.	Territorialidade da lei penal brasileira	112
9.1.	Considerações preliminares.....	112
9.2.	Território nacional.....	113
9.2.1.	Componentes do território.....	113

9.2.2.	Extensão do território nacional	114
9.2.3.	Princípio do pavilhão ou da bandeira	114
9.2.4.	Navios	115
9.2.5.	Aeronaves	115
9.2.6.	Princípio da passagem inocente	116
9.2.7.	Asilo	116
9.3.	Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil	116
9.3.1.	Imunidades diplomáticas	116
9.3.1.1.	Entes abrangidos pela imunidade diplomática	116
9.3.1.2.	Imunidade diplomática e ofensa ao princípio da isonomia	117
9.3.2.	Imunidades parlamentares	117
9.3.2.1.	Imunidade material	117
9.3.2.2.	Imunidade processual	118
9.3.2.3.	Imunidade prisional	120
9.3.2.4.	Do foro especial por prerrogativa de função	120
9.3.3.	Inviolabilidade do advogado	121
10.	Extraterritorialidade da lei penal brasileira	122
10.1.	Considerações preliminares	123
10.2.	Formas de extraterritorialidade	123
10.2.1.	Incondicionada	123
10.2.2.	Condicionada	124
10.3.	Princípios para aplicação da extraterritorialidade	124
10.3.1.	Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa	124
10.3.2.	Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva	124
10.3.3.	Princípio real, da defesa ou proteção	124
10.3.4.	Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, d, e II, a)	124
10.3.5.	Princípio da representação	124
10.4.	Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade	125
10.5.	Aplicação	126
10.6.	Extradição	127
10.6.1.	Conceito	127
10.6.2.	Princípios aplicáveis	127
10.6.2.1.	Princípio da não extradição de nacionais	127
10.6.2.2.	Princípio da exclusão de crimes não comuns	127
10.6.2.3.	Princípio da prevalência dos tratados	127
10.6.2.4.	Princípio da legalidade	127
10.6.2.5.	Princípio da dupla tipicidade	127
10.6.2.6.	Princípio da preferência da competência nacional	127
10.6.2.7.	Princípio da limitação em razão da pena	127
10.6.2.8.	Princípio da detração	127
10.7.	Jurisdição principal e subsidiária	128
10.8.	Tribunal Penal Internacional	128

10.8.1.	Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional	131
11.	Eficácia de sentença estrangeira	131
11.1.	Da homologação de sentença estrangeira	132
11.1.1.	Fundamento	132
11.1.2.	Competência	132
11.1.3.	Conteúdo da homologação.....	132
11.1.4.	Natureza jurídica	132
11.1.5.	Homologação e delibação obrigatória	132
11.1.6.	Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira ...	133
11.1.7.	Homologação e medida de segurança	133
11.1.8.	Procedimento	133
11.1.9.	Desnecessidade da homologação.....	133
12.	Do lugar do crime	134
12.1.	Considerações preliminares	134
12.2.	Teorias	134
12.2.1.	Teoria da atividade	134
12.2.2.	Teoria do resultado.....	134
12.2.3.	Teoria da ubiquidade ou mista.....	134
12.3.	Teoria adotada	134
12.3.1.	Crimes a distância ou de espaço máximo	135
12.3.2.	Delito plurilocal	136
12.3.3.	Crimes de menor potencial ofensivo.....	136
12.4.	Sobre a aplicação da teoria da ubiquidade nas várias hipóteses.....	136
12.4.1.	Nos crimes conexos	136
12.4.2.	No crime complexo	137
12.4.3.	Na coautoria, participação ou ajuste.....	137
12.4.4.	No delito permanente e no crime continuado	137
12.4.5.	Nos delitos habituais.....	137
12.5.	Regras especiais.....	137
13.	Contagem do prazo	143
13.1.	Considerações preliminares	143
13.2.	Contagem de mês e ano.....	144
13.3.	Prescrição e decadência	144
13.4.	Características	145
13.5.	Interrupção e suspensão	145
13.6.	Contagem dos prazos processuais	145
13.7.	Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	145
14.	Teoria do crime	146
14.1.	Conceito de crime	146
14.1.1.	Aspecto material	146
14.1.2.	Aspecto formal	146

14.1.3.	Aspecto analítico	146
14.2.	Concepção bipartida e tripartida de crime	147
15.	Fato típico	148
15.1.	Conceito.....	148
15.2.	Elementos	148
15.2.1.	Conduta	149
15.2.1.1.	Conceito	149
15.2.1.2.	Distinção entre conduta e ato	150
15.2.1.3.	Teorias da conduta.....	150
15.2.1.4.	Elementos da conduta	168
15.2.1.5.	Ausência de voluntariedade	169
15.2.1.6.	Formas de conduta.....	169
15.2.1.7.	Caso fortuito e força maior	173
15.2.1.8.	Sujeitos da conduta típica.....	174
15.2.1.9.	Objeto jurídico e objeto material.....	181
15.2.2.	Resultado	182
15.2.2.1.	Conceito	182
15.2.2.2.	Distinção entre resultado e evento	182
15.2.2.3.	Teorias.....	182
15.2.3.	Nexo causal	183
15.2.3.1.	Conceito	183
15.2.3.2.	Natureza	183
15.2.3.3.	Nexo normativo	183
15.2.3.4.	Teorias para apontar o nexu causal	184
15.2.3.5.	Nexo causal nos diversos crimes.....	196
15.2.3.6.	Nexo causal nos crimes omissivos impróprios.....	196
15.2.3.7.	Superveniência causal.....	200
15.2.3.8.	Caso fortuito e força maior	205
15.2.4.	Tipicidade.....	207
15.2.4.1.	Conceito de tipo	207
15.2.4.2.	Espécies de tipo	208
15.2.4.3.	Conceito de tipicidade	209
15.2.4.4.	Distinção entre tipicidade e adequação típica.....	209
15.2.4.5.	Fases da tipicidade.....	210
15.2.4.6.	Adequação típica	213
15.2.4.7.	Elementos do tipo	214
15.2.4.8.	Espécies de tipo quanto aos elementos.....	216
15.2.4.9.	Tipo fundamental e tipos derivados	216
15.2.4.10.	Tipicidade conglobante	217
16.	O tipo penal nos crimes dolosos	219
16.1.	Conceito de dolo	219
16.2.	Elementos do dolo	219
16.3.	Abrangência do dolo	220

16.4.	Fases na conduta	220
16.4.1.	Fase interna	220
16.4.2.	Fase externa	220
16.5.	Teorias	222
16.5.1.	Teoria da vontade.....	222
16.5.2.	Teoria da representação	222
16.5.3.	Teoria do assentimento ou consentimento.....	222
16.5.4.	Teorias adotadas pelo Código Penal	222
16.6.	Espécies de dolo	222
16.6.1.	Dolo natural	222
16.6.2.	Dolo normativo	222
16.6.3.	Dolo direto ou determinado.....	223
16.6.4.	Dolo indireto ou indeterminado	224
16.6.5.	Dolo de dano	224
16.6.6.	Dolo de perigo	224
16.6.7.	Dolo genérico	225
16.6.8.	Dolo específico.....	225
16.6.9.	Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i>	225
16.6.10.	Dolo de primeiro grau e de segundo grau	226
16.7.	Dolo e dosagem da pena	226
16.8.	Dolo nos crimes comissivos por omissão.....	226
17.	O tipo penal nos crimes culposos	227
17.1.	Conceito de culpa	227
17.2.	Tipo aberto.....	228
17.3.	Crimes materiais.....	228
17.4.	Elementos do fato típico culposo	228
17.5.	Previsibilidade	228
17.5.1.	Objetiva	228
17.5.2.	Subjetiva	229
17.6.	Princípio do risco tolerado	229
17.7.	Princípio da confiança	229
17.8.	Inobservância do dever objetivo de cuidado	230
17.8.1.	Imprudência	230
17.8.2.	Negligência	230
17.8.3.	Imperícia	230
17.8.3.1.	Diferença entre imperícia e erro médico	231
17.9.	Espécies de culpa	231
17.9.1.	Culpa inconsciente	231
17.9.2.	Culpa consciente ou com previsão	231
17.9.3.	Culpa imprópria.....	232
17.9.3.1.	Responsabilização do agente na culpa imprópria	232
17.9.4.	Culpa presumida.....	233
17.9.5.	Culpa mediata ou indireta	233

17.10.	Graus de culpa	234
17.11.	Culpa nos delitos omissivos impróprios	234
17.12.	Participação no crime culposo.....	235
17.13.	Compensação de culpas	235
17.14.	Concorrência de culpas	236
18.	Crime preterdoloso	236
18.1.	Conceito	236
18.2.	Crime qualificado pelo resultado.....	236
18.3.	Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	236
18.3.1.	Dolo no antecedente e dolo no consequente.....	236
18.3.2.	Culpa no antecedente e culpa no consequente	237
18.3.3.	Culpa no antecedente e dolo no consequente	237
18.3.4.	Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preterdoloso)	237
18.4.	Nexo entre conduta e resultado agravador	237
18.5.	Do crime preterdoloso.....	237
18.5.1.	Componentes do crime preterdoloso	237
18.5.2.	Tentativa no crime preterdoloso	238
18.5.3.	Latrocínio.....	238
18.5.4.	Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima	238
18.5.4.1.	Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima.	238
19.	Erro de tipo	239
19.1.	Conceito.....	239
19.2.	Exemplos de erro de tipo.....	240
19.2.1.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador	240
19.2.2.	Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador.....	240
19.2.3.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo	241
19.2.4.	Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador	241
19.2.5.	Erro sobre dado irrelevante.....	241
19.3.	Erro de tipo e erro de direito.....	241
19.4.	Erro de tipo e erro de fato	242
19.5.	Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	242
19.6.	Formas de erro de tipo	243
19.6.1.	Erro de tipo essencial	243
19.6.1.1.	Conceito	243
19.6.1.2.	Característica do erro essencial	243
19.6.1.3.	Formas do erro essencial.....	243
19.6.1.4.	Efeitos do erro essencial	244
19.6.2.	Erro de tipo acidental	245

19.6.2.1.	Conceito.....	245
19.6.2.2.	Característica do erro accidental.....	245
19.6.2.3.	Espécies de erro de tipo accidental.....	245
19.7.	Descriminantes putativas.....	251
19.7.1.	Conceito.....	251
19.7.2.	Espécies de discriminações putativas.....	252
19.7.2.1.	Descriminante putativa por erro de proibição.....	252
19.7.2.2.	Descriminante putativa por erro de tipo.....	253
20.	Crime consumado.....	259
20.1.	Conceito.....	259
20.2.	Diferença entre crime consumado e exaurido.....	259
20.3.	A consumação nas várias espécies de crimes.....	259
20.4.	<i>Iter criminis</i>	260
20.4.1.	Cogitação.....	260
20.4.2.	Preparação.....	260
20.4.3.	Execução.....	260
20.4.3.1.	Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução.....	261
20.4.4.	Consumação.....	261
20.4.5.	Exaurimento.....	261
21.	Tentativa (<i>Conatus</i>).....	262
21.1.	Conceito.....	262
21.2.	Natureza jurídica.....	262
21.3.	Elementos.....	262
21.3.1.	Início de execução.....	262
21.3.1.1.	Critério lógico-formal.....	263
21.3.1.2.	Critério subjetivo.....	263
21.3.1.3.	Critério compositivo ou misto.....	263
21.3.1.4.	Critério adotado.....	264
21.4.	Formas.....	265
21.4.1.	Imperfeita.....	265
21.4.2.	Perfeita ou acabada.....	265
21.4.3.	Branca ou incruenta.....	265
21.4.4.	Cruenta.....	265
21.5.	Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima.....	265
21.6.	Infrações penais que não admitem tentativa.....	266
21.7.	Teorias.....	266
21.7.1.	Subjetiva.....	266
21.7.2.	Objetiva ou realística.....	266
21.7.3.	Teoria adotada.....	266
21.8.	Critério para redução da pena.....	267

22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	267
22.1. Considerações preliminares.....	267
22.2. Natureza jurídica.....	267
22.3. Elementos da tentativa abandonada.....	268
22.4. Distinção com a tentativa.....	268
22.5. Espécies de tentativa abandonada.....	268
22.5.1. Conceito de desistência voluntária	268
22.5.1.1. Desistência voluntária e terrorismo.....	269
22.5.2. Conceito de arrependimento eficaz	269
22.5.3. Ato voluntário e ato espontâneo	269
22.5.4. Ato voluntário e ato involuntário	270
22.5.5. Distinção	270
22.5.6. Consequência	270
23. Arrependimento posterior	271
23.1. Conceito	271
23.2. Natureza jurídica.....	271
23.3. Objetivo	271
23.4. Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz.....	271
23.5. Requisitos.....	271
23.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa ...	271
23.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	272
23.5.3. Voluntariedade do agente	272
23.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	272
23.6. Redução da pena	272
23.7. Aplicação.....	272
23.8. Consequências da aplicação em casos específicos	272
23.8.1. A questão do peculato doloso.....	272
23.8.2. Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos.....	273
23.8.3. Outras hipóteses previstas em leis especiais	273
23.9. Comunicabilidade a coautores e partícipes	274
23.10. Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	274
23.10.1. Aplicação em casos específicos	274
23.10.1.1. Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos)	274
23.10.1.2. Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Crimi- nosas)	275
23.10.1.3. Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas)	275
23.10.1.4. Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas).....	275
23.10.1.5. Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro).....	276
23.10.1.6. Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tribu- tária).....	276

24. Crime impossível.....	276
24.1. Conceito.....	276
24.2. Natureza jurídica	276
24.3. Hipóteses de crime impossível	277
24.3.1. Ineficácia absoluta do meio	277
24.3.2. Improriedade absoluta do objeto material	277
24.4. Critério de aferição da idoneidade.....	278
24.5. Outras hipóteses de crime impossível.....	278
24.5.1. Delito putativo por erro de tipo	278
24.5.2. Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado)	278
24.5.2.1. Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas	279
24.5.2.2. Flagrante preparado no delito de concussão.....	279
24.5.2.3. Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado	280
24.5.2.4. Flagrante prorrogado ou retardado	280
24.6. Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível.....	281
24.6.1. Sintomática.....	281
24.6.2. Subjetiva.....	281
24.6.3. Objetiva	281
24.6.4. Teoria adotada pelo Código Penal.....	281
24.7. Questões processuais	282
25. Classificação dos crimes	282
25.1. Quanto à qualidade do sujeito ativo.....	282
25.1.1. Crime comum	282
25.1.2. Crime próprio	283
25.1.3. Crime bipróprio	283
25.1.4. Crime de mão própria	283
25.2. Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico.....	283
25.2.1. Crime material	283
25.2.2. Crime formal	283
25.2.3. Crime de mera conduta	284
25.3. Quanto ao grau de intensidade do resultado.....	284
25.3.1. Crime de dano	284
25.3.2. Crime de perigo	284
25.4. Quanto ao modo de execução.....	284
25.4.1. Crime de forma livre.....	284
25.4.2. Crime de forma vinculada	284
25.5. Com relação à forma como o crime é praticado.....	285
25.5.1. Crime comissivo.....	285
25.5.2. Crime omissivo	285

25.5.2.1.	Crime omissivo próprio	285
25.5.2.2.	Crime omissivo impróprio.....	285
25.5.3.	Crime de conduta mista	286
25.6.	Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta.....	286
25.6.1.	Crime unissubsistente	286
25.6.2.	Crime plurissubsistente	286
25.7.	Quanto ao momento em que se consuma o crime	286
25.7.1.	Crime instantâneo.....	286
25.7.2.	Crime permanente.....	286
25.7.3.	Crime instantâneo de efeitos permanentes	286
25.7.4.	Crime a prazo	287
25.8.	Quanto ao número de bens jurídicos atingidos	287
25.8.1.	Crime mono-ofensivo	287
25.8.2.	Crime pluri-ofensivo	287
25.9.	Quanto ao número de agentes envolvidos	287
25.9.1.	Crime de concurso necessário	287
25.9.2.	Crime de concurso eventual	287
25.9.3.	Crime eventualmente coletivo	287
25.10.	Quanto ao número de vítimas	288
25.10.1.	Crime de subjetividade passiva única	288
25.10.2.	Crime de dupla subjetividade passiva	288
25.11.	Quanto ao local em que o crime é praticado.....	288
25.11.1.	Crime a distância	288
25.11.2.	Crime plurilocal	288
25.12.	Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal	288
25.12.1.	Crime simples	288
25.12.2.	Crime complexo	288
25.13.	Quanto à existência autônoma do crime	289
25.13.1.	Crime principal	289
25.13.2.	Crime acessório.....	289
25.14.	Quanto ao vínculo existente entre os crimes	289
25.14.1.	Crime independente.....	289
25.14.2.	Crime conexo.....	289
25.15.	Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova.....	289
25.15.1.	Delito de fato permanente (<i>delicta facti permanentis</i>)	289
25.15.2.	Delito de fato transeunte (<i>delicta facti transeuntis</i>)	289
25.16.	Quanto à liberdade para iniciar a ação penal	290
25.16.1.	Crime condicionado.....	290
25.16.2.	Crime incondicionado	290
25.17.	Outras classificações	290
25.17.1.	Crime gratuito	290
25.17.2.	Crime de ímpeto.....	290
25.17.3.	Crime de ação violenta	290

CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1

25.17.4.	Crime de ação astuciosa.....	290
25.17.5.	Crime de impressão	290
25.17.6.	Delito de tendência	290
25.17.7.	Delito de intenção.....	291
25.17.8.	Crime de expressão.....	291
25.17.9.	Delito mutilado de dois atos.....	291
25.17.10.	Crime exaurido.....	291
25.17.11.	Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto	291
25.17.12.	Crime falho	292
25.17.13.	Delito de atentado ou de empreendimento	292
25.17.14.	Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição.....	292
25.17.15.	Crime obstáculo	292
25.17.16.	Quase-crime	292
25.17.17.	Crime progressivo	292
25.17.18.	Progressão criminosa	292
25.17.19.	Crime remetido.....	293
25.17.20.	Crime subsidiário.....	293
25.17.21.	Crime de ação múltipla ou conteúdo variado	293
25.17.22.	Crime de opinião	293
25.17.23.	Crime multitudinário	293
25.17.24.	Delito de circulação.....	293
25.17.25.	Crime vago	293
25.17.26.	Crime habitual	293
25.17.27.	Crime profissional	294
25.17.28.	Crime funcional (<i>delicta in officio</i>).....	294
25.17.29.	Crime internacional ou mundial.....	294
25.17.30.	Crime militar.....	294
26.	Illicitude.....	294
26.1.	Conceito.....	294
26.2.	Antijuridicidade e ilicitude	295
26.3.	Diferença entre ilícito e injusto.....	295
26.4.	Teorias da ilicitude	296
26.4.1.	Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906).....	296
26.4.2.	Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915)	296
26.4.3.	Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930).....	296
26.4.4.	Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel)	297
26.4.5.	Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i>	297
26.5.	Exame da ilicitude: análise por exclusão	297
26.6.	Espécies.....	298
26.6.1.	Illicitude formal	298

26.6.2.	Ilicitude material	298
26.6.3.	Ilicitude subjetiva	299
26.6.4.	Ilicitude objetiva	299
26.7.	Causas de exclusão da ilicitude	299
26.7.1.	Causas supralegais	299
26.7.2.	Causas legais	299
26.8.	Questões processuais	300
27.	Estado de necessidade	300
27.1.	Conceito.....	300
27.2.	Natureza jurídica.....	301
27.3.	Causa de diminuição de pena.....	301
27.4.	Aplicação: faculdade do juiz ou direito do réu?.....	301
27.5.	Teorias	301
27.5.1.	Unitária.....	301
27.5.2.	Diferenciadora ou da diferenciação	302
27.5.3.	Da equidade (<i>adäquitätstheorie</i>)	302
27.6.	Requisitos.....	303
27.6.1.	Situação de perigo	303
27.6.1.1.	O perigo deve ser atual.....	303
27.6.1.2.	O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio..	303
27.6.1.3.	O perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente	304
27.6.1.4.	Inexistência do dever legal de arrostar o perigo...	305
27.6.2.	Conduta lesiva	305
27.6.2.1.	Inevitabilidade do comportamento.....	305
27.6.2.2.	Razoabilidade do sacrifício	305
27.6.2.3.	Conhecimento da situação justificante	306
27.7.	Formas de estado de necessidade.....	306
27.7.1.	Quanto à titularidade do interesse protegido.....	306
27.7.2.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente	306
27.7.3.	Quanto ao terceiro que sofre a ofensa	306
27.8.	Casos específicos	306
27.8.1.	Crimes habituais, permanentes e reiteração criminosa.....	306
27.8.2.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	307
27.8.3.	Porte de arma e estado de necessidade	307
28.	Legítima defesa	307
28.1.	Conceito.....	307
28.2.	Fundamento	307
28.3.	Natureza jurídica.....	307
28.4.	Requisitos.....	308
28.4.1.	Agressão injusta	308
28.4.1.1.	Provocação do agente.....	308

28.4.2.	Agressão atual ou iminente.....	309
28.4.3.	Agressão a direito próprio ou de terceiro	309
28.4.3.1.	Legítima defesa da honra	309
28.4.4.	Meios necessários.....	310
28.4.4.1.	Desnecessidade do meio	310
28.4.5.	Moderação.....	311
28.4.5.1.	Imoderação	311
28.4.5.2.	Excesso.....	311
28.4.6.	Conhecimento da situação justificante.....	312
28.4.7.	<i>Commodus discessus</i>	312
28.4.7.1.	Inevitabilidade da agressão e <i>commodus dis-</i> <i>cessus</i>	312
28.5.	Hipóteses de cabimento da legítima defesa.....	313
28.5.1.	Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável.....	313
28.5.2.	Legítima defesa contra agressão acobertada por qualquer outra causa de exclusão da culpabilidade.....	313
28.5.3.	Legítima defesa real contra legítima defesa putativa	313
28.5.4.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa ...	314
28.5.5.	Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva	314
28.5.6.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa real	314
28.5.7.	Legítima defesa real contra legítima defesa culposa	315
28.6.	Hipóteses de não cabimento da legítima defesa.....	315
28.7.	Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri.....	315
28.8.	Outros conceitos.....	316
28.8.1.	Legítima defesa sucessiva.....	316
28.8.2.	Legítima defesa putativa.....	316
28.8.3.	Legítima defesa subjetiva.....	316
28.8.4.	Legítima defesa recíproca	316
28.8.5.	Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro	316
28.8.6.	<i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva	316
28.8.7.	Legítima defesa e tentativa	316
28.8.8.	“Legítima defesa da honra”	316
28.9.	Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade	317
29.	Estrito cumprimento do dever legal.....	317
29.1.	Conceito.....	317
29.2.	Fundamento	317
29.3.	Requisitos.....	318
29.3.1.	Dever legal	318
29.3.2.	O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei.....	318
29.3.3.	Conhecimento da situação justificante.....	318
29.4.	Alcance da excludente.....	318
29.5.	Coautores e partícipes	318
29.6.	Crime culposos.....	319

30. Exercício regular de direito	319
30.1. Conceito.....	319
30.2. Fundamento	319
30.3. Alcance do exercício regular do direito	319
30.4. Requisitos	319
30.4.1. Significado da expressão “direito”	319
30.4.2. Conhecimento da situação justificante	320
30.5. Aplicação em casos específicos	320
30.5.1. Intervenções médicas e cirúrgicas	320
30.5.2. Violência desportiva	321
30.5.3. Ofendículos (<i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i>)	322
30.5.4. Defesa mecânica predisposta	322
30.6. Consentimento do ofendido	323
30.6.1. Irrelevante penal	323
30.6.2. Causa de exclusão da tipicidade.....	323
30.6.3. Causa de exclusão da ilicitude	323
30.6.4. Causa de extinção da punibilidade	324
30.6.5. Causa de diminuição de pena	324
30.6.6. Consentimento da vítima nos delitos culposos.....	324
30.6.7. Operações cirúrgicas	324
30.6.8. Ordem pública e bons costumes	324
30.7. Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo	325
31. Culpabilidade.....	325
31.1. Conceito	325
31.2. A culpabilidade como juízo de reprovação	325
31.3. Grau de culpabilidade	326
31.4. Culpabilidade do autor	326
31.5. Culpabilidade do fato	326
31.6. Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva	327
31.6.1. Período primitivo do Direito Penal	327
31.6.2. Talião	327
31.6.3. Período do direito romano	328
31.6.4. Período germânico	328
31.6.5. Idade Média	328
31.6.6. Período moderno	328
31.6.7. Escola Clássica	329
31.6.8. Escola Positiva italiana	329
31.6.9. Período atual	329
31.6.10. <i>Versari in re illicita</i>	330
31.7. Teorias.....	330
31.7.1. Teoria psicológica da culpabilidade	330
31.7.2. Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade	331

31.7.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	331
31.7.4.	Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade.....	332
31.7.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	332
31.8.	Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal	333
31.8.1.	Imputabilidade	333
31.8.1.1.	Conceito.....	333
31.8.1.2.	Distinção entre imputabilidade e capacidade	333
31.8.1.3.	Distinção entre dolo e imputabilidade	334
31.8.1.4.	Distinção entre imputabilidade e responsabilidade.....	334
31.8.1.5.	Regra.....	334
31.8.1.6.	Causas que excluem a imputabilidade	334
31.8.1.7.	Critérios de aferição da inimputabilidade	342
31.8.1.8.	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico.....	343
31.8.1.9.	Questões atinentes à emoção e paixão.....	343
31.8.1.10.	Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída.....	345
31.8.1.11.	Questões processuais.....	346
31.8.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	347
31.8.2.1.	Erro de direito	347
31.8.2.2.	Erro de proibição	348
31.8.3.	Exigibilidade de conduta diversa.....	352
31.8.3.1.	Introdução	352
31.8.3.2.	Conceito.....	352
31.8.3.3.	Natureza jurídica.....	352
31.8.3.4.	Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa	352
31.9.	Responsabilidade penal objetiva	357
32.	Concurso de pessoas.....	357
32.1.	Nomenclatura	357
32.2.	Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas	358
32.2.1.	Monosubjetivos ou de concurso eventual	358
32.2.2.	Plurissubjetivos ou de concurso necessário.....	358
32.2.2.1.	De condutas paralelas	358
32.2.2.2.	De condutas convergentes	358
32.2.2.3.	De condutas contrapostas.....	358
32.3.	Espécies de concurso de pessoas.....	358
32.3.1.	Concurso necessário.....	358
32.3.2.	Concurso eventual.....	359
32.4.	Autoria.....	359
32.4.1.	Teoria unitária	359
32.4.2.	Teoria extensiva	359

32.4.3.	Teoria restritiva.....	360
32.4.3.1.	Teoria ou critério objetivo-formal.....	360
32.4.3.2.	Teoria ou critério objetivo-material.....	361
32.4.3.3.	Teoria do domínio do fato.....	361
32.5.	Formas de concurso de pessoas.....	364
32.5.1.	Coautoria.....	364
32.5.1.1.	Coautoria no crime omissivo próprio.....	364
32.5.1.2.	Coautoria parcial ou funcional.....	365
32.5.2.	Participação.....	365
32.6.	Diferença entre autor e partícipe.....	366
32.7.	Natureza jurídica do concurso de agentes.....	366
32.7.1.	Teoria unitária ou monista.....	366
32.7.2.	Teoria dualista.....	366
32.7.3.	Teoria pluralista ou pluralística.....	366
32.7.4.	Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas.....	366
32.7.4.1.	Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta.....	367
32.8.	Da participação.....	367
32.8.1.	Natureza jurídica da participação.....	367
32.8.2.	Espécies de acessoriedade.....	369
32.8.2.1.	Mínima.....	369
32.8.2.2.	Limitada.....	369
32.8.2.3.	Extremada.....	369
32.8.2.4.	Hiperaccessoriedade.....	369
32.8.2.5.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	369
32.8.3.	Formas de participação.....	370
32.8.3.1.	Moral.....	370
32.8.3.2.	Material.....	370
32.8.3.3.	Cumplicidade.....	370
32.8.4.	Participação e crime culposos.....	372
32.8.5.	Participação de participação.....	372
32.8.6.	Participação sucessiva.....	372
32.8.7.	Conivência ou participação negativa (<i>crimen silenti</i>).....	373
32.8.8.	Participação por omissão.....	373
32.8.9.	Participação em crime omissivo.....	374
32.8.10.	Participação impunível.....	374
32.9.	Requisitos do concurso de pessoas.....	374
32.9.1.	Pluralidade de condutas.....	374
32.9.2.	Relevância causal de todas as condutas.....	374
32.9.3.	Liame subjetivo ou concurso de vontades.....	375
32.9.4.	Identidade de infração para todos.....	375
32.10.	Outros conceitos.....	375
32.10.1.	Autoria mediata.....	375

32.10.2. Autoria colateral.....	376
32.10.3. Autoria incerta	377
32.10.4. Autoria desconhecida ou ignorada.....	377
32.10.5. Multidão delinquente	377
32.10.6. Delação e colaboração premiadas	377
33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias	378
33.1. Das circunstâncias.....	378
33.1.1. Conceito.....	378
33.1.2. Espécies de circunstâncias.....	379
33.1.2.1. Subjetivas ou de caráter pessoal	379
33.1.2.2. Objetivas.....	379
33.2. Das elementares.....	379
33.2.1. Conceito.....	379
33.2.2. Espécies de elementares.....	380
33.3. Circunstâncias elementares.....	380
33.4. A regra do art. 30 do CP	380
33.5. Casos específicos.....	381
33.5.1. Concurso de pessoas no infanticídio	381
33.5.2. Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio....	382
33.6. Participação impunível.....	383
34. Da sanção penal.....	383
34.1. Considerações preliminares	383
34.2. Conceito de pena.....	383
34.3. Finalidades.....	383
34.3.1. Teoria absoluta ou da retribuição.....	384
34.3.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção	384
34.3.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória.....	384
34.4. Características da pena.....	384
34.4.1. Legalidade.....	384
34.4.2. Anterioridade.....	384
34.4.3. Personalidade	384
34.4.4. Individualidade	384
34.4.5. Inderrogabilidade.....	384
34.4.6. Proporcionalidade	385
34.4.7. Humanidade	385
34.5. Classificação.....	385
35. Das penas privativas de liberdade	385
35.1. Espécies.....	385
35.2. Regimes penitenciários.....	385
35.3. Do regime inicial de cumprimento de pena.....	385
35.3.1. Considerações preliminares	385

35.3.2.	Sentença omissa quanto ao regime inicial.....	386
35.3.3.	Gravidade do delito e regime inicial fechado	386
35.3.4.	Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão	386
35.3.5.	Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção.....	387
35.3.5.1.	Regime inicial fechado na pena de detenção.....	387
35.3.6.	Regime inicial na pena de prisão simples	388
35.3.7.	Soma e unificação de penas para aplicação da regra do curso de crimes e regime inicial de cumprimento de pena ..	388
35.4.	Classificação dos condenados e individualização da execução penal	389
35.5.	Da progressão de regime.....	390
35.5.1.	Considerações preliminares e conceito	390
35.5.2.	Requisitos para a progressão de regime	391
35.5.3.	Manifestação do Ministério Público e do defensor	392
35.5.4.	Progressão por salto	392
35.5.5.	Falta de vaga no regime semiaberto	393
35.5.6.	Preso provisório e progressão de regime	394
35.5.7.	<i>Habeas corpus</i> e progressão de regime	394
35.5.8.	Progressão de regime em casos específicos.....	395
35.5.8.1.	Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90).....	395
35.5.8.2.	Progressão de regime no crime de tortura: a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97.....	398
35.5.8.3.	Progressão de regime e Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	399
35.5.8.4.	Progressão nos crimes contra a administração pública.....	399
35.6.	Das regras nos regimes penitenciários	400
35.6.1.	Regime fechado.....	400
35.6.2.	Regime semiaberto.....	405
35.6.3.	Regime aberto.....	408
35.6.3.1.	Requisitos	408
35.6.3.2.	Condições	408
35.6.3.3.	Casa do Albergado.....	408
35.6.3.4.	Prisão-albergue domiciliar.....	409
35.6.3.5.	Outras regras	409
35.6.3.6.	Regressão de regime.....	410
35.6.4.	Regime disciplinar diferenciado.....	411
35.7.	Direitos do preso.....	415
35.7.1.	Superveniência de doença mental	417
35.8.	Da detração penal.....	418
35.8.1.	Conceito.....	418
35.8.2.	Detração e pena privativa de liberdade	418
35.8.3.	Detração e medidas cautelares diversas da prisão	418
35.8.4.	Detração e o juízo da execução	420

35.8.5.	Detração em penas restritivas de direitos	421
35.8.6.	Detração e medida de segurança	421
35.8.7.	Detração em pena de multa	421
35.8.8.	Detração e <i>sursis</i>	422
35.8.9.	Detração e prisão provisória em outro processo	422
35.8.10.	Detração para fins de prescrição	423
36.	Das penas restritivas de direitos.....	423
36.1.	Considerações preliminares	423
36.1.1.	Antecedente histórico.....	423
36.1.2.	Alternativas penais	423
36.1.3.	Conceito de medidas penais alternativas	423
36.1.4.	Classificação das medidas penais alternativas	423
36.1.5.	Conceito de penas alternativas.....	424
36.1.6.	Classificação das penas alternativas	424
36.1.6.1.	Penas alternativas consensuais	424
36.1.6.2.	Penas alternativas não consensuais	424
36.1.7.	Diferença entre medidas penais alternativas e penas alternativas	424
36.2.	Das penas alternativas em geral	424
36.2.1.	Penas alternativas e Lei n. 9.714/98	424
36.2.2.	Natureza do elenco legal das penas alternativas	425
36.2.3.	Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro	425
36.2.4.	Objetivos da atual lei	426
36.2.5.	Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade para incidência do sistema alternativo	426
36.2.6.	Incidência do sistema penal alternativo.....	426
36.2.7.	Espécies das penas alternativas.....	427
36.3.	Das penas alternativas restritivas de direito	427
36.3.1.	Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	427
36.3.1.1.	Penas restritivas de direitos em sentido estrito	427
36.3.1.2.	Penas restritivas de direitos pecuniárias	427
36.3.2.	Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias	427
36.3.3.	Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos	428
36.3.3.1.	Requisitos objetivos	428
36.3.3.2.	Requisitos subjetivos	428
36.3.3.3.	Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes.....	428
36.3.4.	Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas	429
36.3.4.1.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça..	429

36.3.4.2.	Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, <i>caput</i>), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contração de vias de fato (LCP, art. 21).....	429
36.3.4.3.	Violência doméstica e familiar contra a mulher ...	429
36.3.4.4.	Condenação por crime hediondo.....	430
36.3.4.5.	Condenação por tráfico de drogas.....	430
36.3.4.6.	Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência	431
36.3.4.7.	Lei de Lavagem de Dinheiro	431
36.3.4.8.	Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016	431
36.3.4.9.	Aplicação em casos de reincidência.....	432
36.3.4.10.	A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa	434
36.3.5.	Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas	435
36.3.5.1.	Condenação posterior a pena privativa de liberdade	435
36.3.5.2.	Regime aberto e <i>sursis</i>	437
36.3.5.3.	Regime fechado e semiaberto	437
36.3.5.4.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente	437
36.3.6.	Das penas alternativas restritivas de direito em sentido estrito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos).....	437
36.3.6.1.	Características	437
36.3.6.2.	Duração.....	438
36.3.6.3.	Possibilidade de cumulação	439
36.3.6.4.	Tipos de penas restritivas de direitos.....	439
36.3.6.5.	Espécies	439
36.3.6.6.	Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	441
36.4.	Das penas alternativas pecuniárias.....	446
36.4.1.	Prestação pecuniária	446
36.4.2.	Prestação inominada.....	447
36.4.3.	Perda de bens e valores	448
36.4.4.	Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV).....	449
36.4.5.	Execução da prestação pecuniária	450
37.	Da pena de multa	452
37.1.	Critério adotado	452
37.2.	Espécies	452
37.3.	Destinação da pena de multa	452
37.4.	Cálculo do valor da pena de multa	452
37.4.1.	Identificação do número de dias-multa.....	452

37.4.2.	Identificação do valor de cada dia-multa	453
37.4.2.1.	Correção monetária	453
37.5.	Valor irrisório	454
37.6.	Conversão da multa em pena de detenção	454
37.7.	Superveniência de doença mental	454
37.8.	Da multa substitutiva ou vicariante	455
37.8.1.	Previsão legal	455
37.8.2.	Aplicação	455
37.8.3.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente	456
37.8.4.	Cumulação de multas	456
37.9.	Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher	456
37.10.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa	457
38.	Das medidas de segurança	457
38.1.	Conceito	457
38.2.	Finalidade	457
38.3.	Sistemas	457
38.4.	Pressupostos	457
38.4.1.	Prática do crime	457
38.4.2.	Periculosidade	458
38.5.	Espécies de medida de segurança	458
38.5.1.	Medida de segurança detentiva	458
38.5.1.1.	Características	458
38.5.1.2.	Local da internação	459
38.5.1.3.	Desinternação	459
38.5.1.4.	Possibilidade de aplicação de medida de segurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção	459
38.5.2.	Medida de segurança restritiva	460
38.5.2.1.	Características	460
38.5.2.2.	Critério para fixar o prazo mínimo	460
38.5.2.3.	Liberação	460
38.5.2.4.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	460
38.6.	Semi-imputável (CP, art. 98)	461
38.7.	Inimputabilidade e medida de segurança	461
38.8.	Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF)	461
38.9.	Procedimento para execução da medida de segurança	461
38.10.	Aplicação provisória da medida de segurança	462
38.11.	Competência para revogar a medida de segurança	462
38.12.	Medida de segurança e a detração	462
38.13.	Medida de segurança e prescrição	462

38.14. Conversão da pena em medida de segurança.....	463
38.15. Medida de segurança e Lei n. 12.403/2011	463
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança	464
38.17. Medida de segurança e indulto	464
38.18. Internação cível	464
39. Da aplicação da pena	464
39.1. Elementar.....	464
39.2. Das circunstâncias	465
39.2.1. Conceito	465
39.2.2. Classificação das circunstâncias.....	465
39.2.2.1. Quanto à sua natureza.....	465
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação.....	465
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais	465
39.2.3.1. Gerais ou genéricas	465
39.2.3.2. Especiais ou específicas	466
39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena	466
39.2.4.1. Fundamento legal.....	466
39.2.4.2. Regras básicas	468
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena.....	469
40. Da reincidência	487
40.1. Conceito.....	487
40.1.1. Reincidência	487
40.1.2. Reincidência específica	488
40.1.3. Reincidente em crime doloso	488
40.2. O conceito de primariedade e a reincidência.....	488
40.2.1. Primariedade técnica.....	489
40.3. Natureza jurídica	490
40.4. Prova da reincidência.....	490
40.5. Incomunicabilidade.....	490
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas.....	490
40.6.1. Contravenção anterior e posterior.....	490
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime.....	491
40.6.3. Condenação no estrangeiro.....	491
40.6.4. Multa anterior	491
40.6.5. Reabilitação criminal.....	491
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior	491
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento.....	491
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89)...	491
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4 ^a e 6 ^a).....	492
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único)...	492
40.6.11. Perdão judicial.....	492
40.7. Ocorrência	492

40.8.	Crimes que não induzem reincidência	492
40.9.	Efeitos da reincidência	493
40.10.	Prescrição da reincidência.....	494
	40.10.1. Termo inicial do período depurador	494
	40.10.2. Termo final do período depurador.....	494
40.11.	Sistema da temporariedade da reincidência	495
40.12.	Reincidência e maus antecedentes.....	495
41.	Suspensão condicional da pena	495
41.1.	Origem.....	495
41.2.	Conceito.....	495
41.3.	<i>Sursis</i> e a Lei n. 9.714/98.....	495
41.4.	Natureza jurídica.....	496
41.5.	Sistemas.....	497
41.6.	Requisitos.....	497
	41.6.1. Objetivos	497
	41.6.2. Subjetivos.....	498
41.7.	Espécies de <i>sursis</i>	499
	41.7.1. Etário.....	499
	41.7.2. Humanitário.....	499
	41.7.3. Simples	500
	41.7.4. Especial	500
	41.7.4.1. Cumulação das condições do <i>sursis</i> especial no <i>sursis</i> simples.....	500
41.8.	Condições	501
41.9.	<i>Sursis</i> incondicionado.....	501
41.10.	Possibilidade de o juiz das execuções fixar condições para o <i>sursis</i> em caso de omissão do juízo da condenação.....	501
41.11.	Período de prova	502
41.12.	Obrigatoriedade de manifestação sobre o <i>sursis</i>	502
41.13.	<i>Sursis</i> e crime hediondo.....	502
41.14.	<i>Sursis</i> e Lei n. 9.605/98 (Lei Ambiental).....	502
41.15.	<i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais.....	502
41.16.	Dupla concessão ao mesmo réu em processos distintos.....	503
41.17.	Detração e <i>sursis</i>	503
41.18.	Da revogação do <i>sursis</i>	503
	41.18.1. Formas de revogação.....	503
	41.18.1.1. Revogação obrigatória.....	503
	41.18.1.2. Revogação facultativa.....	504
	41.18.2. Exigência de oitiva do condenado para a revogação do benefício.....	504
	41.18.3. Prorrogação e extinção automáticas (CP, art. 81, § 2º).....	505
	41.18.3.1. Conflito com o art. 82 do CP	505

41.18.3.2.	Prática de crime ou contravenção após o vencimen- to do período de prova do <i>sursis</i> e prorrogação ...	506
41.18.3.3.	Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação	506
41.18.3.4.	Insubsistência das condições durante a prorroga- ção.....	507
41.19.	Extinção sem oitiva do Ministério Público.....	507
41.20.	Cassação do <i>sursis</i>	508
41.21.	<i>Sursis</i> e revelia.....	508
41.22.	Renúncia ao <i>sursis</i>	508
41.23.	<i>Sursis</i> para estrangeiro	509
41.24.	<i>Habeas corpus</i> para pleitear <i>sursis</i>	509
42.	Livramento condicional	509
42.1.	Conceito.....	509
42.2.	Natureza jurídica.....	509
42.3.	Distinção com <i>sursis</i>	509
42.4.	Requisitos.....	510
42.4.1.	Objetivos	510
42.4.1.1.	Reincidente específico.....	510
42.4.1.2.	Condenado primário, mas portador de maus an- tecedentes	511
42.4.2.	Subjetivos.....	512
42.4.3.	Requisitos procedimentais.....	512
42.5.	Livramento condicional antes do trânsito em julgado.....	513
42.6.	Livramento condicional humanitário.....	514
42.7.	Exame criminológico	514
42.8.	Condições do livramento.....	515
42.8.1.	Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1º).....	515
42.8.2.	Facultativas (LEP, art. 132, § 2º).....	515
42.8.3.	Judiciais	515
42.8.4.	Condição legal indireta.....	515
42.9.	Da revogação do livramento.....	515
42.9.1.	Obrigatória	515
42.9.2.	Facultativa	515
42.9.2.1.	Opções do juiz na revogação facultativa.....	516
42.9.3.	Causas de revogação judiciais	516
42.9.4.	Causas de revogação legais.....	516
42.9.5.	Efeitos da revogação do livramento	516
42.10.	Suspensão do livramento.....	517
42.10.1.	Na hipótese de crime cometido durante a vigência do bene- fício (art. 86, I).....	517
42.10.2.	Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1ª parte)	518

42.10.3. Na hipótese do art. 87, 2ª parte	518
42.11. Extinção da pena.....	518
42.11.1. Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	518
42.11.2. Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146).....	518
42.12. Livramento condicional e remição.....	519
42.13. Livramento condicional do estrangeiro.....	519
42.14. <i>Habeas corpus</i> e livramento condicional.....	519
42.15. Livramento condicional e regime disciplinar diferenciado (RDD).....	519
43. Efeitos da condenação	520
43.1. Efeitos principais	520
43.2. Efeitos secundários	520
43.3. Efeitos extrapenais.....	520
43.3.1. Efeitos extrapenais genéricos.....	520
43.3.1.1. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 11.343/2006.....	522
43.3.1.2. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 10.826/2003	523
43.3.1.3. O confisco e as alterações promovidas pela Lei n. 9.714/98 no art. 43 do CP.....	524
43.3.2. Efeitos extrapenais específicos.....	525
44. Reabilitação.....	528
44.1. Conceito.....	528
44.2. Natureza jurídica.....	528
44.3. Cabimento.....	528
44.3.1. Direito à certidão criminal negativa.....	529
44.4. Consequências.....	529
44.5. Pressupostos	529
44.6. Revogação.....	530
44.7. Do procedimento para requerer a habilitação.....	530
44.7.1. Postulação.....	530
44.7.2. Competência para a concessão.....	531
44.7.3. Do pedido	531
44.7.4. Provimento n. 5/81 da Corregedoria-Geral de Justiça.....	531
44.7.5. Negada a reabilitação.....	531
44.7.6. Recurso cabível	531
44.7.7. Morte do reabilitando.....	531
44.7.8. Reincidência.....	532
45. Concurso de crimes	532
45.1. Conceito.....	532
45.1.1. Concurso de pessoas	532
45.1.2. Concurso aparente de normas.....	532
45.1.3. Concurso de crimes.....	532

45.2. Sistemas	532
45.3. Espécies	532
45.3.1. Concurso material ou real	532
45.3.1.1. Conceito	532
45.3.1.2. Concurso material e crime continuado	533
45.3.1.3. Espécies	533
45.3.1.4. Aplicação de penas	533
45.3.1.5. Pena privativa de liberdade somada com restritiva de direitos	533
45.3.1.6. Pena restritiva de direitos com outra restritiva	533
45.3.1.7. Juiz competente para a aplicação da regra do concurso material	533
45.3.1.8. Concurso material e prescrição	533
45.3.2. Concurso formal ou ideal	534
45.3.2.1. Conceito	534
45.3.2.2. Requisitos do concurso formal	534
45.3.2.3. Espécies	535
45.3.2.4. Aplicação da pena	536
45.3.2.5. Teorias	536
45.3.2.6. Concurso material benéfico	536
45.3.2.7. Concurso formal e crime único	537
45.3.2.8. Concurso formal e prescrição	537
45.3.3. Crime continuado	537
45.3.3.1. Conceito	537
45.3.3.2. Crime continuado e o concurso formal	537
45.3.3.3. Espécies	538
45.3.3.4. Aplicação da pena	538
45.3.3.5. Concurso material benéfico	538
45.3.3.6. Incidência do aumento de pena no crime continuado	538
45.3.3.7. A pena nas hipóteses de concurso formal homogêneo como componente do crime continuado	538
45.3.3.8. Momento da unificação da pena	539
45.3.3.9. Natureza jurídica	539
45.3.3.10. Requisitos	540
45.3.3.11. Teorias sobre a unidade de desígnio	540
45.3.3.12. Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa	542
45.3.3.13. Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes	543
45.3.3.14. Condições semelhantes	543
45.3.3.15. Crime continuado entre delitos culposos	546
45.3.3.16. Consumação e tentativa	546
45.3.3.17. Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo	546

45.3.3.18. Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional	547
45.3.3.19. A pena no crime continuado para efeitos da prescrição	547
45.3.3.20. Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes	547
46. Limites de penas.....	548
46.1. Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade.....	548
46.2. Nova condenação	548
46.3. Limite da pena de multa	549
47. Ação penal	549
47.1. Conceito.....	549
47.2. Características.....	549
47.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	549
47.4. As condições da ação penal.....	551
47.4.1. Condições da ação penal, absolvição sumária e Lei n. 11.719/2008	553
47.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	553
47.5.1. Titularidade	553
47.5.2. Princípios	554
47.6. Ação penal pública condicionada	556
47.6.1. Conceito.....	556
47.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	557
47.6.2.1. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	557
47.6.2.2. Natureza jurídica da representação.....	558
47.6.2.3. Conceito de representação	558
47.6.2.4. Titular do direito de representação	558
47.6.2.5. Prazo da representação	559
47.6.2.6. Forma da representação	560
47.6.2.7. Destinatário da representação	561
47.6.2.8. Irretratabilidade da representação	561
47.6.2.9. Não vinculação da representação	562
47.6.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	562
47.6.3.1. Hipóteses de requisição	562
47.6.3.2. Prazo para o oferecimento da requisição	562
47.6.3.3. Eficácia objetiva da requisição	562
47.6.3.4. Conteúdo da requisição.....	562
47.6.3.5. Destinatário da requisição	563
47.6.3.6. Retratação da requisição	563
47.6.3.7. Vinculação da requisição	563
47.7. Ação penal privada	563

47.7.1.	Conceito.....	563
47.7.2.	Fundamento	563
47.7.3.	Titular	563
47.7.4.	Princípios	564
47.7.5.	Espécies de ação penal privada	565
47.7.5.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita	565
47.7.5.2.	Ação privada personalíssima	565
47.7.5.3.	Subsidiária da pública	566
47.7.6.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	566
47.7.7.	Prazo da ação penal privada	567
48.	Causas de extinção da punibilidade.....	568
48.1.	Conceito e efeitos da extinção da punibilidade.....	568
48.2.	Causas extintivas da punibilidade	568
48.2.1.	Morte do agente (inciso I).....	568
48.2.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	570
48.2.2.1.	Anistia.....	570
48.2.2.2.	Indulto e graça em sentido estrito	571
48.2.3.	Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>).....	575
48.2.4.	Renúncia ao direito de queixa	576
48.2.4.1.	Conceito	576
48.2.4.2.	Oportunidade	576
48.2.4.3.	Cabimento	576
48.2.4.4.	Formas	576
48.2.4.5.	Recebimento de indenização	576
48.2.4.6.	Ofendido maior de 18 anos	576
48.2.4.7.	Queixa oferecida contra um dos ofensores	577
48.2.4.8.	Crimes de dupla subjetividade passiva.....	577
48.2.4.9.	Morte do ofendido	577
48.2.5.	Perdão do ofendido.....	577
48.2.5.1.	Conceito	577
48.2.5.2.	Distinção entre perdão e renúncia	577
48.2.5.3.	Oportunidade	578
48.2.5.4.	Cabimento	578
48.2.5.5.	Formas	578
48.2.5.6.	Titularidade da concessão do perdão	578
48.2.5.7.	Da aceitação do perdão	578
48.2.6.	Perempção.....	579
48.2.6.1.	Conceito	579
48.2.6.2.	Oportunidade	579
48.2.6.3.	Cabimento	579
48.2.6.4.	Hipóteses.....	579
48.2.7.	Retratação do agente	581
48.2.7.1.	Conceito	581

48.2.7.2.	Casos em que a lei a permite	581
48.2.7.3.	Oportunidade	582
48.2.7.4.	Comunicabilidade	582
48.2.8.	Perdão judicial.....	582
48.2.8.1.	Conceito	582
48.2.8.2.	Faculdade do juiz	582
48.2.8.3.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	582
48.2.8.4.	Extensão	582
48.2.8.5.	Hipóteses legais	583
48.2.8.6.	Natureza jurídica da sentença concessiva	584
48.2.8.7.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP.....	584
48.2.8.8.	Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99).....	585
48.2.9.	Decadência.....	589
48.2.9.1.	Conceito.....	589
48.2.9.2.	Característica da não interrupção.....	589
48.2.9.3.	Efeito.....	589
48.2.9.4.	Prazo decadencial.....	589
48.2.9.5.	Titularidade do direito de queixa ou de representação	590
48.2.9.6.	Decadência no crime continuado e no crime habitual	590
48.2.9.7.	Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa.....	590
48.2.10.	Prescrição.....	591
48.2.10.1.	Introdução.....	591
48.2.10.2.	Conceito	591
48.2.10.3.	Natureza jurídica	591
48.2.10.4.	Fundamentos	592
48.2.10.5.	Diferença entre prescrição e decadência.....	592
48.2.10.6.	Imprescritibilidade	593
48.2.10.7.	Espécies de prescrição	593
48.2.11.	Prescrição na legislação especial	610
48.2.11.1.	Da prescrição em geral	610
48.2.11.2.	Da prescrição retroativa	611
Bibliografia		613